



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Iracema Transmissora de Energia S.A. (“Iracema” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Iracema é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Santo e no Município de Paulistana. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida e já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	393
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 23.353.692 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R\$ 22.314.236,78 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	8,56	2,29
• Liquidez corrente	3,58	4,91
• Relação patrimônio líquido/ativo	88,32%	56,36%
• Relação passivo não circulante/ativo	8,39%	38,70%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	2,41%	7,85%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	6,48%	15,29%
Ativos totais - R\$	290.023.858	328.205.643
Lucro líquido do exercício - R\$	6.168.335	14.514.440

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regiões da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais informações nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

Nota	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.959.295	59.642.132	34.157.411		
Concessionárias e permissionárias	8	2.607.826	1.782.270	4.526.469		
Contas a receber - partes relacionadas	22	776.027	218.770	182.359		
Estoques		794.205	794.205	703.086		
Adiantamentos a fornecedores		614.067	460.369	381.457		
Impostos a recuperar		2.063.868	411.366	2.123.960		
Ativos de contrato	9	18.259.791	16.147.616	14.849.962		
Outros ativos circulantes		140.630	88.544	47.400		
		34.215.709	79.545.272	56.972.104		
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	7	-	6.874.734	6.874.734		
Ativos de contrato	9	235.707.113	219.789.565	204.360.218		
Tributos diferidos	13	18.768.360	20.642.916	25.278.101		
Outros ativos não circulantes		22.315	22.315	48.732		
Imobilizado		1.295.802	1.304.933	1.409.583		
Intangível		14.559	25.908	35.330		
		255.808.149	248.660.371	238.006.698		
Total do ativo		290.023.858	328.205.643	294.978.802		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nota	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores - terceiros	10	5.395.959	5.482.789	318.256		
Fornecedores - partes relacionadas	22	732.497	788.162	970.547		
Debêntures - terceiros	11	-	7.113.972	6.930.153		
Impostos e contribuições sociais		659.385	537.409	1.820.272		
Taxas regulamentares	12	1.502.263	1.333.295	1.158.524		
Outros passivos circulantes		1.256.148	952.048	615.439		
		9.546.252	16.207.675	11.813.191		
Passivo não circulante						
Debêntures - terceiros	11	-	104.552.924	107.719.407		
Outras provisões - compensação ambiental		1.406.257	1.616.270	1.510.587		
Impostos diferidos	13	22.522.479	20.849.719	19.871.002		
Outros passivos não circulantes		401.480	-	-		
		24.330.216	127.018.913	129.100.996		
Patrimônio líquido						
Capital social		253.462.000	253.462.000	237.062.000		
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.000.000	-	-		
Reserva de lucros		(62.314.610)	(68.482.945)	(82.997.385)		
Prejuízo acumulado		256.147.390	184.979.055	154.064.615		
		290.023.858	328.205.643	294.978.802		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	237.062.000	-	-	(82.997.385)	154.064.615
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2018	16.400.000	-	-	-	16.400.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.514.440	14.514.440
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	253.462.000	-	-	(68.482.945)	184.979.055
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	65.000.000	-	-	65.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.168.335	6.168.335
Saldos em 31 de outubro de 2019	253.462.000	65.000.000	-	(62.314.610)	256.147.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Iracema Transmissora de Energia S.A. (“Iracema” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui três filiais localizadas nos Estados de Ceará, Piauí e São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008. A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$13.756.800 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 22.314.237 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 23.353.692 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não

circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICP 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	16	38.878.107	42.755.159
Custo da operação	17	(21.385.672)	(12.157.002)
Lucro bruto		17.492.435	30.598.157
Despesas gerais e administrativas	18	(2.873.823)	(4.289.670)
Outras receitas operacionais líquidas		1.968.442	1.970.190
Lucro antes do resultado financeiro		16.587.054	28.278.677
Resultado financeiro	19	(8.544.163)	(7.129.615)
Receita financeira		3.189.759	2.902.051
Despesa financeira		(11.733.922)	(10.031.666)
Resultado antes dos impostos		8.042.891	21.149.062
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.874.556)	(6.634.622)
Lucro líquido do exercício		6.168.335	14.514.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	6.168.335	14.514.440
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	6.168.335	14.514.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	8.042.891	21.149.062
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	9.358.835	9.679.886
Depreciação e amortização	217.865	190.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(173.798)	(102.992)
Provisão para contingência	401.480	-
Outras provisões - compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos operacionais	(210.013)	105.684
Concessionárias e permissionárias	(651.758)	2.847.191
Contas a receber - partes relacionadas	(557.257)	(36.412)
Ativo de contrato	(28.011.732)	(16.727.003)
Estoques	-	(91.119)
Impostos a recuperar	(1.072.659)	2.784.562
Adiantamentos a fornecedores	(153.699)	(78.912)
Outros ativos	(52.086)	(14.725)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores diversos e partes relacionadas	(142.494)	4.982.150
Tributos e contribuições sociais	1.794.736	(2.098.330)
Impostos pagos	168.968	(1.277.222)
Juros pagos	10.970.895	(9.694.325)
Taxas regulamentares	(9.895.454)	174.771
Outros passivos	(579.843)	377.088

Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais



IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)**

valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** **Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14. Instrumentos financeiros: A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, com regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanco patrimonial				
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		59.642.132	-	59.642.132
Ativo de contrato	(i)	17.895.221	(1.747.605)	16.147.616
Demais ativos circulantes não impactados		3.755.524	-	3.755.524
		81.292.877	(1.747.605)	79.545.272
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	196.089.208	23.700.357	219.789.565
Tributos diferidos	(ii)	-	20.642.916	20.642.916
Demais ativos não circulantes não impactados		8.227.890	-	8.227.890
		204.317.098	44.343.273	248.660.371
		285.609.975	42.595.668	328.205.643

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Total do ativo				
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		5.482.789	-	5.482.789
Debêntures - terceiros		7.113.972	-	7.113.972
Impostos e contribuições sociais	(iii)	416.313	121.096	537.409
Demais passivos circulantes não impactados		3.073.505	-	3.073.505
		16.086.579	121.096	16.207.675
Passivo não circulante				
Debêntures - terceiros		104.552.924	-	104.552.924
Impostos diferidos	(ii)	3.121.466	17.728.253	20.849.719
Demais passivos não circulantes não impactados		1.616.270	-	1.616.270
		109.290.660	17.728.253	127.018.913
Patrimônio líquido				
Capital social		253.462.000	-	253.462.000
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(93.229.264)	24.746.319	(68.482.945)
		160.232.736	24.746.319	184.979.055

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Total do passivo e do patrimônio líquido				
		285.609.975	42.595.668	328.205.643
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	(i)	31.891.144	10.864.015	42.755.159
Outros		(21.606.097)	-	(21.606.097)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(3.001.572)	(3.633.050)	(6.634.622)
Lucro líquido do exercício		7.283.475	7.230.965	14.514.440

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Demonstração do resultado abrangente				
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iii)	7.283.475	7.230.965	14.514.440
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de resultados abrangentes		7.283.475	7.230.965	14.514.440

	Ref.	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Demonstração do fluxo de caixa				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos		10.285.047	10.864.015	21.149.062
Itens de resultado que não afetam o caixa		9.873.572	-	9.873.572
(Aumento) redução nos ativos		3.465.436	(14.781.854)	(11.316.418)
Aumento (redução) nos passivos	(i)	(11.453.707)	3.917.839	(7.535.868)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		12.170.348	-	12.170.348
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(76.923)	-	(76.923)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		13.391.296	-	13.391.296
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		25.484.721	-	25.484.721

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Balanco patrimonial				
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		34.157.411	-	34.157.411
Ativo de contrato	(i)	35.457.186	(20.607.224)	14.849.962
Demais ativos circulantes não impactados		7.964.731	-	7.964.731
		77.579.328	(20.607.224)	56.972.104
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	196.922.783	7.437.435	204.360.218
Tributos diferidos	(ii)	-	25.278.101	25.278.101
Demais ativos não circulantes não impactados		8.368.379	-	8.368.379
		205.291.162	32.715.536	238.006.698
		282.870.490	12.108.312	294.978.802

	Ref.	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Total do ativo				
Passivo				
Passivo circulante				
Debêntures - terceiros		6.930.153	-	6.930.153
Impostos e contribuições sociais	(iii)	1.820.272	-	1.820.272
Demais passivos circulantes não impactados		3.062.766	-	3.062.766
		11.813.191	-	11.813.191
Passivo não circulante				
Debêntures - terceiros		107.719.407	-	107.719.407
Impostos diferidos	(ii)	10.178.597	9.692.405	19.871.002
Demais passivos não circulantes não impactados		1.510.587	-	1.510.587
		119.408.591	9.692.405	129.100.996
Patrimônio líquido				
Capital social		237.062.000	-	237.062.000
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(85.413.292)	2.415.907	(82.997.385)
		151.648.708	2.415.907	154.064.615

Total do passivo e do patrimônio líquido **282.870.490** **12.108.312** **294.978.802**
(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; e **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes à juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera

tratamentos fiscais incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Melhorias anuais:** • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que as distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêm a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	814	50	-
Bancos	199.920	2.761.294	4.165.371
Aplicações financeiras	8.758.561	56.880.788	29.992.040
	8.959.295	59.642.132	34.157.411

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - Debêntures	-	6.874.734	6.874.734
	-	6.874.734	6.874.734

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de emissão de debêntures (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor da Caixa Econômica Federal (CEF) uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF. Com a liquidação da dívida em 19 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSOÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	2.695.224	1.523.800	4.161.441
Vencidas até 30 dias	39.117	3.046	39.939
Vencidas até 60 dias	2.893	380	773
Vencidas até 90 dias	2.784	12.414	631
Vencidas há mais de 90 dias	16.823	565.443	749.490
(-) PCLD	2.756.841	2.105.083	4.952.274
	(149.015)	(322.813)	(425.805)
	2.607.826	1.782.270	4.526.469

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:



★ **continuação** **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)**

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	384.376	307.226	288.012
Taxa de Fiscalização (TFSEE) (ii)	158.534	158.327	158.341
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	959.353	867.742	712.171
	1.502.263	1.333.295	1.158.524

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 146.203. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 6.946. (iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos ativos (i)	18.768.360	20.642.916	25.278.101
Impostos diferidos passivos (ii)	(22.522.479)	(20.849.719)	(19.871.002)
	(3.754.119)	(206.803)	5.407.099

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a adoção inicial do ativo financeiro da Companhia. (ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ambiental	327.960	383.548	-
Cível	28.623	41.349	-
Trabalhista	-	133.700	40.000
Administrativo	-	-	10.000
Fiscal	-	40.000	6.281
	356.583	598.597	56.281

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 253.462.000, dividido em 253.462.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu da SGBH sua controladora o valor de R\$ 65.000.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia não constituiu reserva legal, visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	44.554.071	48.442.748
Receita de operação e manutenção	10.583.630	9.780.260
Remuneração dos ativos de contrato	18.754.640	16.715.365
Receita de construção	15.476.868	8.715.315
Outras receitas	(261.067)	13.231.808
Deduções da receita operacional	(5.675.964)	(5.687.589)
PIS (corrente e diferido)	(728.474)	(813.721)
COFINS (corrente e diferido)	(3.355.393)	(3.748.049)
RGR	(1.291.536)	(713.350)
P&D	(218.460)	(331.532)
TFSEE	(82.101)	(80.937)
	38.878.107	42.755.159

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.630.397)	(2.740.414)
Material	(256.071)	(174.480)
Serviços de terceiros	(1.756.001)	(643.410)
Arrendamentos e alugueis	(63.222)	(14.741)
Seguros	(28.665)	(35.258)
Tributos	(8.227)	(45.414)
Custo de construção (i)	(15.625.009)	(6.872.469)
Custo de operação e manutenção	(112.864)	(644.605)
Outros	(905.216)	(986.207)
	(21.385.672)	(12.157.002)

(i) Valor refere-se a projeto de melhoria na subestação de Curral Novo Iracema.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.619.391)	(3.667.787)
Serviços de terceiros	(658.510)	(312.734)
Arrendamentos e alugueis	(81.469)	(67.393)
Provisão	(349.038)	102.992
Tributos	(17.985)	(28.206)
Depreciação e amortização	(20.591)	(11.270)
Ajuste de inventário	2.213.258	-
Outros	(340.097)	(305.272)
	(2.873.823)	(4.289.670)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	3.189.759	2.902.051
Receitas de aplicações financeiras	3.221.795	2.782.002
Outras receitas financeiras	123.521	261.575
Tributos sobre receitas financeiras	(155.557)	(141.526)
Despesa financeira	(11.733.922)	(10.031.666)
Juros sobre empréstimos	(10.043.621)	(9.720.366)
Prêmio de pagamento de debentures	(1.648.345)	-
Outras despesas financeiras	(41.956)	(311.300)
	(8.544.163)	(7.129.615)

20. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.042.891	21.149.060
Alíquota nominal	(2.710.583)	(7.166.680)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	845.658	(174.381)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	-	92.736
Outros	(9.631)	613.703
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(1.874.556)	(6.634.622)
IR e CS correntes	-	(1.999.436)
IR e CS diferidos	(1.874.556)	(4.635.186)
	(1.874.556)	(6.634.622)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **21.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.959.295	59.642.132	34.157.411
Títulos e valores mobiliários	7	-	6.874.734	6.874.734

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	22	776.027	218.770	182.359
Concessionárias e permissionárias	8	2.607.826	1.782.270	4.526.469

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Debêntures - terceiros	11	-	111.666.896	114.649.560
Fornecedores - terceiros	10	5.395.959	5.482.789	318.256
Fornecedores - partes relacionadas	22	732.497	788.162	970.547

21.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos

financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem às condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	776.027	218.770	182.359
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	747.057	218.770	173.541
Outros	28.970	-	8.818

22.2. Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	732.497	788.162	970.547
Aluguel (ii)	5.622	5.225	5.247
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	716.875	772.937	965.300
Outros	10.000	10.000	-

22.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	(533.282)	(2.758.490)
Despesa aluguel (ii)	(66.671)	(62.734)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL (i)	(466.611)	(2.695.756)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	18.181.248	18.181.248
Veículos	Carros	462.569	498.483
		28.643.817	28.679.731

DIRETORIA		
Ramon Sade Haddad Diretor Presidente	Jorge Raul Bauer Diretor	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Iracema Transmissora de Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iracema Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor em relação às demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.